



Revista
**Previdência &
Seguros**

ANO 78 • Nº 660 • MARÇO/ABRIL DE 2018

INTERVENÇÃO FEDERAL
NO RIO DIVIDE OPINIÕES

Sim



Não

INTERVENÇÃO FEDERAL
NO RIO DIVIDE OPINIÕES

ANO 78 • Nº 660 • MARÇO/ABRIL DE 2018

Revista
**Previdência &
Seguros**



#golna janela

A vida é cheia de previstos.

É comum criança jogar bola em casa. Tão comum quanto quebrar alguma coisa no meio da partida. Por isso, e para todos os outros previstos da vida, a Bradesco Seguros tem o seguro residencial certo para seus Clientes.

Ofereça um Bradesco Seguro Residencial para seus Clientes e faça bons negócios.

Central de Relacionamento: 4004 2757 / 0800 701 2757
SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 727 9966
SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 701 2708
Ouidoria: 0800 701 7000



bradescoseguros.com.br



Bradesco Seguros

Com Você. Sempre.

Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - CNPJ: 92.682.038/0001-00. Nº do processo na SUSEP: 15414.005043/2005-18. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autorarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. Os direitos e as obrigações das partes encontram-se nas Condições Gerais do Seguro contratado. Lei nº 12.741/12 sobre tributos incidentes. PIS: 0,65%; COFINS: 4,00%; e IOF: entre 0% e 7,38%. *Apurados e recolhidos nos termos da legislação aplicável. As informações e as imagens contidas neste material são indicativas.



Esta Edição

Previdência & Seguros

Uma publicação bimestral do Sindicato dos Corretores e Empresas Corretoras de Seguros, Resseguros, Vida, Capitalização e Previdência do Estado do Rio de Janeiro - Sincor-RJ • (Fundado em 5 de dezembro de 1932) • Rua dos Mercadores, 10 • Centro - Rio de Janeiro - CEP 20010-130 • Tel.: (021) 3505.5900 • E-mail: sincor-rj@sincor-rj.org.br • site: www.sincor-rj.org.br

Diretoria Efetiva

Presidente: Henrique Jorge Duarte Brandão
Vice-presidente: José Wanderley Cavalheiro
Secretário Geral: Mauro Baccherini dos Santos
2º Secretário Geral: Alfonso d'Anzicourt e Silva
Diretor Financeiro: Jorge Alberto Mariano Leite
Diretor Social: Nilo Ferreira da Rocha Filho
Diretor Procurador: Ademir Fernandes Marins

Diretoria Suplente

1º Membro: Carlos Alberto de Almeida Santiago
2º Membro: Emilio Rodrigues Gomes
3º Membro: Fernando Antônio Moraes Monteiro de Castro
4º Membro: Luiz Henrique da Silva Souza
5º Membro: Marcelo de Almeida Vianna Reid
6º Membro: Ozir Zimmenmann Vieira

Conselho Fiscal

1º Membro: Aldo Rodrigues de Araújo
2º Membro: Osmar Marques
3º Membro: Pedro Paulo Thimóteo

Suplentes do Conselho Fiscal

1º Membro: Erika Cristina Araújo Brandão
2º Membro: Rosana Fátima Fernandes de Souza

Delegado Representante - Fenacor

Henrique Jorge Duarte Brandão

Suplente de Delegado - Fenacor

Nilson Garrido Cardoso

Delegacias Regionais

Baixada: Francisco da Silva Negreiros Filho (Rua Mal. Floriano 2190/509, Nova Iguaçu) • **Região Serrana:** Claudio Fernando Cristiano (Rua do Imperador 970/1110, Petrópolis) • **Niterói e São Gonçalo:** Daniel Carvalho dos Anjos (Av. Visconde de Sepetiba 935/1.319, Centro, Niterói)

Subdelegacias Regionais

Centro do Rio: Carlos Antônio Bezerra de Matos
Teresópolis: Adevaldo de Freitas Silva

Representações

Duque de Caxias: Márcio Vieira Guimarães • **Itaboraí:** Jorge Luiz Souza do Nascimento • **Jacarepaguá, Barra e Recreio:** Luiz Carlos Barreto • **Macaé:** Marcelo de Almeida Vianna Reid • **Magé:** Adilson Pessoa • **Maricá:** Francisco de Sá Pinto • **Nilópolis:** Ivo Ferreira da Silva Leal • **Nova Friburgo:** Marcelo Araújo Santos • **Rio Bonito:** Márcio Lúcio Moreira Soares • **São Gonçalo:** Jefferson do Carmo Oliveira • **Três Rios:** Jonas Daniel Marques • **Volta Redonda:** Luiz Henrique S. Souza • **Campo Grande e Bangu:** Fernando Antonio M.M. de Castro

Redação

Coordenação editorial: VIA TEXTO

Tel. (21) 2262.5215

E-mail: viatexto@viatexto.com.br

Jornalista Responsável:

Vania Mezzonato (MTB 14.850)

Repórteres: Bianca Rocha, Francisco Luiz Noel, Leticia Nunes, Luciana Calaza, Luiz Lourenço e Maria Luisa Barros

Projeto gráfico e diagramação: Tapioca Comunicação
Fotografias: Agência Brasil, Ari Versiani, Arquivo P&S, Factual Comunicação, Freeimagens, Mirian Fichtner, Rosane Bekierman e divulgação empresas
Publicidade: Farnesi & Associados
Tel.: (21) 2548-7778 • antonio.farnesi@aafcom.com.br
Impressão: WalPrint Gráfica e Editora

INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

A REVISTA *PREVIDÊNCIA & SEGUROS* FOI A CAMPO CONHECER A OPINIÃO DE REPRESENTANTES DO MERCADO E DE ENTIDADES CIVIS SOBRE A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO E SUAS EXPECTATIVAS QUANTO À RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO. A INTERVENÇÃO DEVE SE ESTENDER ATÉ O FINAL DESTES ANOS. A ESPERANÇA É QUE AS MEDIDAS IMPACTEM FAVORAVELMENTE AS CARTEIRAS INFLUENCIADAS PELO AUMENTO DA VIOLÊNCIA, COMO A DE AUTOMÓVEIS E DE TRANSPORTE DE CARGAS. **06**

Roubo de cargas

O AVANÇO DA CRIMINALIDADE NAS ESTRADAS FAZ SUBIR O VALOR DO SEGURO E O CUSTO TOTAL DA LOGÍSTICA NO TRANSPORTE DE CARGAS. PARA ENTREGAS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO HÁ TRANSPORTADORAS IMPONDO A CHAMADA "TAXA DE EMERGÊNCIA EXCEPCIONAL". **12**

Congresso Nacional

OS CORRETORES DE SEGUROS ESTÃO SE MOBILIZANDO PARA AVALIAR OS ASSUNTOS QUE TRAMITAM NA CÂMARA E NO SENADO E QUE PODEM, DIRETA OU INDIRETAMENTE, AFETAR A CATEGORIA. O OBJETIVO PRINCIPAL É EVITAR QUE ALTERAÇÕES NA LEI Nº 4.594, QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO DO CORRETOR, TRAMITEM E SEJAM APROVADAS SEM A DEVIDA DISCUSSÃO. **16**



Entrevista

APÓS ASSUMIR O COMANDO DA VICE-PRESIDÊNCIA COMERCIAL DA SULAMÉRICA, ANDRÉ LAUZANA SE COMPROMETEU A DAR TODO SUPORTE NECESSÁRIO AOS CORRETORES, AFIRMOU QUE O RIO DE JANEIRO É ESTRATÉGICO PARA OS NEGÓCIOS DA COMPANHIA E ADIANTOU QUE PRETENDE LEVAR AO CONSUMIDOR CARIOCA O QUE HÁ DE MAIS MODERNO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS. **18**

Diretoria de Ensino

O SINCOR-RJ VEM PROMOVENDO ENCONTROS COM OS DIRETORES DAS PRINCIPAIS SEGURADORAS QUE ATUAM NO ESTADO DO RIO, PARA DISCUTIR ASSUNTOS DE INTERESSE DOS CORRETORES. OS EVENTOS TAMBÉM TÊM O OBJETIVO DE DEBATER A SITUAÇÃO ATUAL DO MERCADO NO BRASIL E AS ESTRATÉGIAS DE CADA SEGURADORA PARA A REGIÃO FLUMINENSE. **24**

Campeãs de vendas

DADOS DA SUSEP INDICAM QUE A RECEITA DE PRÊMIOS GERADA NO ESTADO ENTRE JANEIRO E DEZEMBRO DO ANO PASSADO FOI DE CERCA DE 1,6% MENOR QUE O MONTANTE REGISTRADO EM 2016. MAS O RAMO DE PESSOAS PASSOU LONGE DA 'TORMENTA' E FECHOU 2017 COM RECEITA DE R\$ 2,5 BILHÕES, VALOR 4,7% MAIOR DO QUE O OBSERVADO EM 2016. **26**

É hora de união, não de desavenças

ARI VERSIANI

Se a união faz mesmo a força, como ensina o antigo provérbio, nós corretores de seguros estamos cada vez mais fracos. Não por culpa da categoria, claro, mas das próprias lideranças, que, por vaidade ou questões pessoais, deixam em segundo plano o que deveria ser a prioridade máxima de cada um: a intransigente defesa dos interesses dos corretores de seguros.

O Sincor-RJ, através de sua diretoria, vem tentando remar contra essa maré, que inevitavelmente levará os corretores a um mar revolto, sem condições de navegabilidade e extremamente perigoso, em que as condições e chances de sobrevivência são praticamente nulas.

A nossa principal bandeira sempre foi e continua sendo a da proteção do corretor de pequeno porte, geralmente indefeso e constantemente exposto a descredenciamentos imotivados e não explicados por parte das seguradoras, sem acesso aos órgãos reguladores e sem voz – pois os sindicatos, em linhas gerais, que deveriam representá-lo, parecem mais preocupados em lutar por sua própria sobrevivência e sustento, sem pensar na categoria como um todo.

É realmente uma pena que tenhamos chegado a esse ponto, depois de tantos avanços obtidos nas últimas três décadas. Estamos retrocedendo, é como se tivéssemos andado cem anos para a frente e, agora, recuado 30 anos. E o



retrocesso pode ser ainda maior, se não houver uma imediata e indispensável mobilização por parte da categoria e mudança de comportamento e de atitudes por parte dos dirigentes.

Dar a questões pessoais um peso maior do que de fato têm ou agir exclusivamente para satisfazer vaidades são atitudes que não vão nos levar a lugar nenhum. Pelo contrário. As desavenças são um prelúdio do enfraquecimento dos corretores de seguros – e os desdobramentos podem ser fatais para os profissionais de pequeno porte.

Neste momento de mudanças cruciais no país, que se recupera da mais devastadora crise econômica de sua história e ainda se ressentir dos efeitos de um cenário marcado por forte instabilidade

financeira e política, é fundamental a união de forças para proteger o corretor.

Levar as discussões sobre nossas diferenças para a seara pública só nos desfavorece. O ideal é que eventuais discordâncias sejam resolvidas no âmbito interno, com conversa e bom senso, sem lançar mão de ações destemperadas que, além de não nos fazer chegar em lugar algum, poderão conduzir nossa categoria para a beira do abismo. Ainda há tempo para repensar atitudes e adotar novas estratégias. O corretor de seguro agradece!

Henrique
Brandão

PRESIDENTE



TÁ COM O

APLICATIVO

SULAMÉRICA SAÚDE?

TÁ COM TUDO!

**CLIENTE SULAMÉRICA
SAÚDE CONTA COM
MUITOS BENEFÍCIOS:**

- Plataforma Sharecare
descubra sua idade real
e monitore sua saúde
- Reembolso Digital
- Pediatra em Casa
- Orientação Médica Telefônica



ANS - nº 416428

ANS - nº 006246

BAIXE AGORA!

Disponível nas lojas:



Ofereça SulAmérica para os seus clientes.
Acesse: sulamericatacomtudo.com.br

Os benefícios podem variar de acordo com o plano contratado. O Serviço Pediatra em Casa está disponível para o município de São Paulo/SP, não é uma obrigatoriedade contratual e a SulAmérica reserva-se ao direito de alterar e/ou cancelar a qualquer momento, sem aviso prévio. Para mais informações, procure seu corretor ou acesse sulamerica.com.br. Ouvidoria: 0800 725 3374

SulAmérica
Saúde

A vida é imprevisível e, acredite, isso é muito bom.

Intervenção federal no Rio divide opiniões

POR **LUCIANA CALAZA**

Um capítulo inédito e incerto da nova democracia brasileira começou a ser escrito no Rio de Janeiro, em fevereiro. Vítima de uma escalada da violência sem precedentes, o estado que é o terceiro do país em população passou a ter dois governantes. Walter Souza Braga Netto, general do Exército e chefe do Comando Militar do Leste assumiu a espinhosa missão de responder pela segurança pública, restando ao governador Luiz Fernando Pezão a gestão das demais áreas da administração estadual. Braga Netto agora é o chefe máximo das polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros e da Administração Penitenciária do es-

tado. A intervenção foi decretada pelo presidente Michel Temer e deve se estender até o final deste ano.

Cabe ao general tomar todas as medidas necessárias para conter o crime no Rio, incluindo o domínio das facções criminosas de alcance nacional. A Revista Previdência & Seguros foi ouvir o mercado para saber quais são as expectativas de que a intervenção federal na segurança pública do Rio resolva a violência no estado – ou pelo menos leve a níveis aceitáveis – e que impactos as medidas podem ter em carteiras influenciadas pelo aumento da violência, como a de automóveis e de transporte de cargas (ver pág. 12).

“Nunca houve criminalidade tão ousada e tão bem armada. A ca-

pacidade bélica, a competência técnico-profissional e a credibilidade das Forças Armadas são recursos preciosos para enfrentar a violência que parece não ter limites”, avalia Vinicius Cavalcante, diretor da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança (Abseg).

Roubos de veículos – A explosão no número de veículos roubados no estado está levando seguradoras a recusar clientes ou aumentar consideravelmente o valor do contrato, a ponto de muitos proprietários de automóveis desistirem de fechar negócio. Enquanto no Brasil o preço do seguro de automóvel subiu 1,59% no acumulado de 12 meses, no estado do Rio a alta foi de 14,76% no mesmo período.

TÂNIA RÉGO - AG. BRASIL



“A CAPACIDADE BÉLICA, A COMPETÊNCIA TÉCNICO-PROFISSIONAL E A CREDIBILIDADE DAS FORÇAS ARMADAS SÃO RECURSOS PRECIOSOS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA QUE PARECE NÃO TER LIMITES.”

VINICIUS CAVALCANTE

“A CARTEIRA DE AUTOMÓVEIS SOFRE IMPACTO DIRETO, COM REFLEXOS NA PRECIFICAÇÃO. OS ROUBOS E FURTOS SÃO UM COMPONENTE EXPRESSIVO DO PREÇO DO SEGURO, ALÉM DO CUSTO DA REPARAÇÃO.”

RONALDO VILELA

“VAI HAVER UM TRABALHO SOCIAL FORTE NAS COMUNIDADES CARENTES. AO MESMO TEMPO, ESTÁ EM ANDAMENTO O MAPEAMENTO COM FOTOGRAFIAS DE MAIS DE 50 MIL BANDIDOS, UM TRABALHO MUITO RESERVADO.”

HENRIQUE BRANDÃO

Não por acaso. Uma média de quase oito carros foram roubados ou furtados por hora no estado em 2017, totalizando mais de 70 mil veículos, o maior número registrado desde 2003 pelo ISP (Instituto de Segurança Pública). Em comparação com o ano anterior, o volume de roubos e furtos cresceu 16,6%, saltando de 58.455 para 70.075 casos. A maior parte destes crimes foi registrada na capital (32.734 ocorrências), seguida da Baixada Fluminense (20.802).

“A carteira de automóveis é a que sofre o impacto mais direto, com reflexos na precificação. Os roubos e furtos são um componente expressivo do preço do seguro, além do custo da reparação. Felizmente, os assaltos a residências não chegaram a níveis tão preocupan-

tes”, comenta Ronaldo Vilela, diretor-executivo do Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro e Espírito Santo (SindSeg).

Os especialistas, no entanto, estão de olho nos resultados da intervenção, com otimismo. O presidente do Sincor-RJ, Henrique Brandão, acredita que a partir de abril haverá queda no índice de roubos de automóveis, com o movimento que está sendo preparado pela equipe do Exército.

“Vai haver um trabalho social forte nas comunidades carentes. Ao mesmo tempo, está em andamento o mapeamento com fotografias de mais de 50 mil bandidos, um trabalho muito reservado. Para se ter ideia, nas fronteiras molhadas havia 250 homens, hoje são quase 3 mil.

Nas fronteiras secas, eram 200, agora são mais de 3 mil. Estou muito esperançoso”.

Mortes violentas – A antropóloga Alba Zaluar, que coordena o Núcleo de Pesquisa da Violência da UERJ (Nupevi), avalia que apostar na intervenção é importante para desvendar os casos de homicídios que criam a maior taxa de impunidades no Brasil. Os números do ISP justificam sua avaliação. No ano passado, o Rio registrou a maior taxa de mortes violentas desde 2009, segundo o ISP, com 6.731 casos – 40 mortes por 100 mil habitantes. Em 2009, foram 44,9. O levantamento também aponta o maior índice de mortes (1.124) pela polícia em nove anos: 6,7 por 100 mil habitantes.

“O trabalho nas favelas tem sido no sentido de manter o ir e vir, com destruição

DIVULGAÇÃO



“HÁ AÇÕES CONTRA A CORRUPÇÃO DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E DAS POLÍCIAS, ALÉM DO COMBATE ÀS MILÍCIAS. PELA PRIMEIRA VEZ, MILICIANOS ESTÃO SENDO ALVOS DE INVESTIGAÇÕES. SÃO BONS SINAIS.”

ALBA ZALUAR

das barricadas instaladas pelas facções armadas e garantir que serviços públicos e privados possam chegar às comunidades. Também há ações contra a corrupção dentro do sistema penitenciário e das polícias, além do combate às milícias. Pela primeira vez, estamos vendo milicianos sendo alvo de investigações. São bons sinais”, pontua.

Alba Zaluar acrescenta que, para as investigações prosperarem e darem certo, é preciso quebrar os obstáculos de

comunicação entre os órgãos de segurança, entre polícias e forças armadas, e entre polícias de vários estados da federação.

Interesses políticos – Para o sociólogo Ignacio Cano, coordenador do Laboratório de Análises da Violência da UERJ, no entanto, a decisão foi motivada por interesses políticos e está distante de ser a solução para o problema da segurança pública no estado. Ele entende que se o governo federal realmente quisesse ajudar o estado, tinha outras opções, como a criação de uma força-tarefa e a contribuição econômica para reerguer o aparato do estado. Mas optou pela ação de maior visibilidade.

“A intervenção alavanca a percepção de que o Exército vai nos salvar, só que sua função é a de garantir a segurança nacional e não a segurança pública, além de não dispor dos mecanismos para investigar. Essa morte trágica da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Barros nos lembra que precisamos de investigação e não de soldados na rua ou tanques apontados para pessoas da comunidade. O Rio de Janeiro é o 11º estado em taxa de homicídios, há outros estados com situação mais dramática, mas obviamente não se faz campanha nacional com intervenção no Ceará”, critica.

O sociólogo expressa preocupação principalmente com a população mais pobre que mora nas favelas e áreas periféricas: “a intervenção está sendo agressiva, com sérios riscos. Vimos o caso da Vila Kennedy, onde foi feito o fichamento maciço de pessoas baseado apenas no fato de morarem lá. Vimos a

derrubada de barracas sem pré-aviso e sem um processo de negociação”.

Vinícius Cavalcante, da Abseg, no entanto, destaca que a criminalidade fluminense hoje foge aos padrões tradicionais do crime e defende o “fichamento” de moradores de comunidades fluminenses por militares. Segundo ele, com seu poderoso armamento militar de procedência clandestina e táticas de guerrilha, a criminalidade age instando a população contra as forças de segurança, e não

DIVULGAÇÃO



“A INTERVENÇÃO ALAVANCA A PERCEPÇÃO DE QUE O EXÉRCITO VAI NOS SALVAR, SÓ QUE SUA FUNÇÃO É A DE GARANTIR A SEGURANÇA NACIONAL E NÃO A SEGURANÇA PÚBLICA, ALÉM DE NÃO DISPOR DOS MECANISMOS PARA INVESTIGAR.”

IGNÁCIO CANO



será sobrepujada com o emprego de táticas de policiamento convencional e uma inteligência policial acanhada.

“Como as forças de segurança, se contrapondo à guerrilha do crime e às suas

táticas, vão operar em comunidades amplamente controladas pelo tráfico, sem proceder à identificação positiva dos cidadãos que circulam nestas áreas? Numa conjuntura em que o tráfico se utiliza de

crianças, idosos e documentos falsos, pedir identificação e acautelar-se, comparando a fotografia de quem apresenta o documento, seria uma violência tão grande contra o cidadão?”, questiona.

‘SUS da Segurança Pública’ no combate à violência

A necessidade de planejar as ações na área de segurança pública, melhorar a vigilância das fronteiras e garantir investimentos para o setor são a base do projeto de lei que criará o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), avaliado em regime de urgência, segundo determinação da Câmara dos Deputados. O objetivo do SUSP é promover uma atuação conjunta e coordenada da União, estados, Distrito Federal e municípios – respeitando-se as competências e atribuições legais de cada ente.

De acordo com o projeto, integração o SUSP Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, polícias civis dos estados, polícias militares, corpos de bombeiros militares, guardas municipais, agentes penitenciários e socioeducativos e peritos. Essas instituições poderão atuar em operações combinadas e compartilhar informações.

A proposta prevê ainda que os registros de ocorrências e as investigações sejam padronizados e aceitos por todos os integrantes do SUSP –

esses dados deverão ser lançados numa rede integrada de informações, acessíveis aos participantes do sistema.

A antropóloga Alba Zaluar explica que essa é uma das propostas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, do qual faz parte, ao lado de especialistas e também de agentes da segurança pública.

“O fórum estrutura suas atividades em torno de um pensamento estratégico, que valoriza a informação como eixo de transformação e mudança social. Na prática, isso se traduz em um programa de trabalho pautado na uniformização e na circulação de dados. Hoje, cada estado apura seus índices de criminalidade de uma maneira, o que dificulta muito a comparação. Além disso, as informações não fluem entre os entes da federação”.

O Ministério da Segurança Pública será responsável pela gestão do SUSP e terá que implementar ações, como apoiar programas de modernização e aparelhamento de órgãos de Segurança Pública e Defesa Social, além de apresentar o sistema informatizado que vai permitir o intercâmbio de informações do sistema.

Segundo o projeto, a União criará um Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, com duração de 10 anos, para priorizar, por exemplo, ações preventivas e de fiscalização nas divisas entre estados, nas fronteiras com outros países, portos e aeroportos. Estados, Distrito Federal e municípios deverão elaborar seus projetos na área com base no Plano Nacional. Se não tomarem estas medidas em dois anos a partir da publicação, poderão deixar de receber recursos da União para investimentos na área.

O Consórcio Brasil Central (BrC), bloco criado para promover a região na elaboração de estratégia conjunta de desenvolvimento, formado pelo Distrito Federal e os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia e Maranhão, é um dos entusiastas do sistema único.

Em janeiro, o Consórcio enviou ao presidente Michel Temer manifesto cobrando participação na segurança e na reestruturação do sistema penitenciário nacional e pedindo a criação de um fundo nacional para atender aos estados e a rediscussão com o Poder Legislativo da progressão de regime de penas, para acabar com a cultura da impunidade. Houve até ação no STF cobrando da União ressarcimento ao Mato Grosso do Sul, que gastou muitos recursos para impedir que um grande volume de drogas chegasse às regiões metropolitanas do país.

Manifesto diz que intervenção abre precedente na democracia



DIVULGAÇÃO

■ **Campus da UFRJ.** Alunos da universidade estão criando um núcleo para monitorar a intervenção federal e militar, principalmente nas favelas

Como desdobramento do manifesto, professores, estudantes e técnicos-administrativos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) estão orga-

No início do mês de março, mais de 300 acadêmicos, artistas, intelectuais, políticos, juristas e movimentos sociais assinaram um manifesto, expressando séria preocupação com o decreto de intervenção federal no Estado do Rio - medida que, segundo o documento, pode ter consequências gravíssimas para a população que vive nos territórios com maior incidência de violência.

Dentre os participantes do manifesto, estão Roberto Leher, Celso Amorim, Nilo Batista, Chico Buarque, Marcia Tiburi, Rubens Casara, Luiz Pinguelli Rosa, Adalberto Vieyra, Carol Proner, Celso Bandeira de Mello, Tarso Genro, Jorge Furtado, Luiz Eduardo Soares, Pablo Gentili, Jandira Feghali, Oscar Rosa Mattos, Margarida Lacombe, Frente Brasil Popular, Levante Popular da Juventude, Marcha Mundial das Mulheres e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No documento, eles expressam que as Forças Armadas, como demonstram experiências anteriores, não são a resposta adequada aos problemas de violência interna:

“Tanto pela forma apressada e espetaculosa, quanto pelo conteúdo impreciso e alheio aos estudos realizados por instituições conhecedoras dos problemas de segurança do estado, o decreto atual não se coaduna com as práticas do Estado Democrático de Direito e a necessária participação e opinião daqueles que serão diretamente afetados, abrindo um precedente inédito, desde a redemocratização, de intervenção militar sobre o poder de gestão civil e social”.

nizando a formação de um núcleo para monitorar a intervenção federal e militar, principalmente nas favelas. A iniciativa, apresentada pelo reitor, Roberto Leher, tem o nome provisório de Central de Supervisão das Garantias dos Direitos Fundamentais.

“Entendemos que a Universidade, como instituição que produz conhecimento e que forma pessoas de maneira muito sofisticada, não pode estar alheia a este movimento em curso na sociedade de buscar políticas que realmente enfrentem o problema crucial, legítimo e que atormenta a população do estado, que é o problema da violência e insegurança”, disse Leher.

No documento, os manifestantes escreveram ainda que, no contexto da grave crise política, econômica e institucional que vive o país, as manifestações de autoridades civis e militares reivindicando amplos poderes e salvo-conduto para o exercício ilimitado da violência pelas forças de intervenção contra suspeitos provocam perplexidade.

“Recordamos que, em democracia, mesmo quando um Estado atua para conter situações emergenciais de violência, há princípios que jamais podem ser revogados, como o direito à vida e à dignidade, a proibição da tortura e de toda forma de discriminação, o respeito à legalidade e à irretroatividade da lei penal e o direito do cidadão de ser julgado por um tribunal imparcial e independente”.



Assembleias podem aprovar cobrança do imposto

POR **LETICIA NUNES**

A Secretaria de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho, defendeu a cobrança do imposto sindical de todos os trabalhadores de uma categoria após a aprovação em assembleia, em nota técnica divulgada em 2 de abril (nº 2/2018). Assinada pelo secretário Carlos Cavalcante Lacerda, a nota devolve aos sindicatos um direito que é interpretado como uma decisão do trabalhador. O secretário informou ter recebido de entidades sindicais mais de 80 pedidos de manifestação. “Os pequenos sindicatos não vão sobreviver sem a contribuição. A nota pode ser usada para dar embasamento aos sindicatos sobre o entendimento de que a assembleia é soberana”, afirmou na época.

A partir da reforma trabalhista, aprovada em julho pelo Senado Federal e em vigor desde novembro do ano passado, a contribuição passou a ser voluntária. Pelo entendimento da nova lei, o imposto só pode ser cobrado do trabalhador que der autorização individual por escrito. Advogados que representam o setor patronal criticam o parecer, enquanto sindicalistas comemoram.

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, disse em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo que o “Ministério do Trabalho adotou uma posição de equilíbrio.” Muitos sindicatos têm organizado assembleias gerais com a participação de uma par-

cela da categoria para impor a contribuição a todos os trabalhadores, mas as empresas têm se mostrado dispostas a descontar somente daqueles funcionários que autorizarem a contribuição individualmente.

Dúvidas e discussões – Entidades que representam categorias profissionais importantes, como a dos bancários, por exemplo, decidiram continuar discutindo a questão do imposto sindical por meio de assembleias organizadas pelos sindicatos, mesmo após a reforma trabalhista ter acabado com a obrigatoriedade da contribuição sindical dos empregados. Essas entidades, por decisão própria, enviaram ofícios aos empregadores em que pedem o recolhimento dos valores correspondentes.

Muitas empresas estão em dúvida sobre o que fazer. Os advogados têm recomendado às empresas não pagar a contribuição sindical dos empregados, caso eles não tenham se manifestado. As companhias têm

questionado se as assembleias podem se sobrepor à vontade individual de não contribuir.

Como o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é ilegal descontar a contribuição de quem não é sindicalizado, o entendimento é de que a mesma lógica se aplica ao recolhimento compulsório da contribuição sindical, que deve ser limitada aos filiados dos sindicatos. Além das assembleias sindicais, há questionamentos na Justiça sobre a constitucionalidade da nova regra.

O secretário de Relações do Trabalho, Carlos Cavalcante Lacerda, pediu exoneração do cargo em 3 de abril, um dia após defender a cobrança do imposto sindical, contrariando posição do governo.



REPRODUÇÃO INTERNET

Expertise das quadrilhas desafia o mercado de seguros

TOMAZ SILVA - AG. BRASIL

POR FRANCISCO LUIZ NOEL

Com 10.599 registros de roubo de carga no ano passado, o Estado do Rio de Janeiro mantém a incômoda condição de líder nacional em insegurança nas estradas, seguido de perto por São Paulo, que contabilizou 10.584 crimes do gênero no mesmo período. Nos dois estados, os números correspondem à média de um roubo a cada 50 minutos e espalham impactos negativos no mercado de seguros. A situação é mais crítica, porém, entre os fluminenses que têm a malha rodoviária e a economia de porte muito menor do que as dos paulistas.

O avanço da criminalidade nas estradas faz subir o valor do seguro e o custo total da logística, incluída uma série de medidas de gerenciamento de riscos durante o transporte das mercadorias. Para fazer entregas em áreas como a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, há transportadoras impondo a cobrança da chamada "taxa de emergência excepcional" – a "Emex", como é conhecida, que toma por base o peso e o valor da carga, para custear gastos com dispositivos de segurança nos veículos e uso de escolta armada.

A arrecadação das seguradoras com apólices de transporte no Rio de Janeiro aumentou em 124,8% em 2017,



■ **Controle.** Soldados que participam da intervenção militar no Rio fazem operação na Avenida Brasil para inibir roubo de cargas

somando R\$ 210 milhões, de acordo com a CNseg. Por trás do montante (7,7% da receita das companhias no segmento, que totaliza R\$ 2,7 bilhões) estão o crescimento da demanda e a elevação dos prêmios em face da insegurança. Nesse contexto, além dos valores do seguro que chegaram a triplicar, as franquias aumentaram de 10% para 30% no ano passado

Áreas Críticas - De 2010 a 2017, o número anual de roubos de carga no Estado cresceu 300%, saltando de 2.619 para os 10.599 registrados no ano passado. As áreas mais críticas estão em bairros da Zona Norte cor-

tados pela Avenida Brasil; no município de Duque de Caxias, atravessado pelas rodovias Washington Luiz e Via Dutra; e em São Gonçalo, por onde passa a BR-101, do outro lado da Baía de Guanabara. A maioria das áreas abriga favelas controladas por bandos armados, que desviam os caminhões carregados para esses locais.

"Quando a carga chega numa comunidade, as empresas de rastreamento de pronta resposta acabam não entrando nestas áreas, com medo de sofrer danos físicos por parte dos meliantes, já que até a polícia tem dificuldade de acessar esses locais", salienta Paulo



Rogério Häuptli, do Grupo Fox, especializado em regulação de sinistros e recuperação de bens. Ele chama a atenção para o suposto envolvimento de motoristas, acrescentando que transportadoras não investigam essas suspeitas porque o desvio das cargas é coberto pelo seguro.

Prêmios em alta – A majoração dos valores dos prêmios tornou-se inevitável nesse cenário adverso. “Os valores praticados hoje acompanham o nível de risco vigente”, afirma Camilo Buzzi, diretor-geral de Grandes Riscos do Grupo Banco do Brasil e Mapfre. A situação, segundo ele, assemelha-se à de dez anos atrás, quando a sinistralidade cresceu em meio à instabilidade econômica. Nas coberturas de transporte e responsabilidade civil no segmento, o índice de sinistralidade chega a 77%, dependendo da região e do tipo de carga.

As mercadorias mais visadas pela ação das quadrilhas são alimentos, aparelhos eletrônicos e medicamentos – produtos que os criminosos não encontram dificuldade para escoar no mercado informal ou mesmo formal. “Por isso, a precificação do seguro é diferenciada para cargas de alto risco, principalmente para regiões de maior exposição”, assinala o executivo. Além do Grande Rio, são destinos acossados pelos assaltantes a Grande São Paulo e regiões paulistas como Campinas e Jundiaí.

As seguradoras vêm redobrando as exigências de gestão de riscos por parte dos proprietários de cargas (embarcadores) e

transportadores. Essas medidas incluem o traçado de rotas e a utilização de dispositivos eletrônicos em meio aos produtos (iscas) para rastreamento, como parte de análise rigorosa dos riscos, antes de fechar a cobertura. O BB e Mapfre oferta consultoria para a manutenção ou a construção de um modelo de gerenciamento de risco adequado às operações do cliente, afirma Camilo Buzzi.

A despeito dos esforços de seguradoras, corretores e clientes, os prêmios podem galgar níveis proibitivos. “O princípio do seguro é o mutualismo, que vai por água abaixo se o risco se agrava demais, pois a seguradora não tem caixa para dar cobertura e o valor inviabiliza a contratação”, lamenta Paulo Rogério Häuptli, do Grupo Fox. “Atendemos vários clientes que deixaram de contratar seguro de carga. E não são de pequeno porte, mas grandes empresas inclusive multinacionais”.

O agravamento dos riscos nas estradas e a alta dos prêmios no transporte de cargas aumentam o desafio dos corretores para viabilizar a proteção do seguro no segmento. “Orientamos nossos clientes a investir no gerenciamento de riscos, para que consigam ter apólices mais competitivas ou, eventualmente, aumentar ou incluir a franquia para sinistros de roubo”, conta o diretor de Seguro de Transporte da Corretora e Consultoria Willis Towers Watson, Eduardo Michelin.

“Abrir mão da apólice nunca é o melhor caminho, pois, além da proteção, o seguro funciona como solução financeira nas negociações com os transportadores, evitando repasse de custos extras”, diz o diretor da Willis Towers Watson. “Mas fazer a intermediação entre o cliente e as seguradoras está bem difícil. De um lado, o cliente quer diminuir o valor que paga; de outro, a seguradora, para não ter prejuízos, está mais criteriosa na colocação dos riscos.”

Legislação aquém - Diante da escalada do roubo de cargas, é unanimidade no mercado a constatação de que a legislação punitiva e a investigação policial estão aquém da gravidade do problema não só no Rio de Janeiro e São Paulo, mas em todo o país. “Se não houver investigação efetiva dos roubos de carga, envolvendo receptadores e motoristas, o problema não vai acabar nunca”, alerta Paulo Rogério Häuptli, professor de Logística da Escola Nacional de Seguro.

A atuação das quadrilhas impõe a embarcadores, seguradoras, transportadores e corretores de seguros uma luta sem tréguas para garantir a chegada das cargas a seus destinatários. Os lances mais arrojados nessa batalha são jogados no terreno da tecnologia: cada ação contra o crime tem uma reação dos assaltantes, empenhados em neutralizar a vigilância de dispositivos eletrônicos. “Não há uma tecnologia que nos salve”, diz o presidente do Clube Internacional de Seguros de Transportes (CIST), Salvatore Lombardi Júnior.

Do rastreamento de caminhões por sinais de GPS captados por satélite, a investida tecnológica contra os ladrões evoluiu para emissores de ondas de GMS e de rádio, que indicam

a localização de veículos e mercadorias roubados às centrais de controle. A última palavra no ramo são iscas de carga com rádio frequência, dispositivos eletrônicos acondicionados

em embalagens ou dentro de produtos, de onde emitem os sinais. As iscas com rádio frequência chegaram ao mercado para substituir as de geração anterior, com sinais GMS.

Correios cobram taxa extra para entregas no Rio

Os Correios passaram a cobrar no início de março R\$ 3 a mais por entregas no Rio de Janeiro, medida adotada em função do aumento da violência no município. Só no ano passado foram 32 roubos de carga, em média, por dia. Além da 'taxa da violência', o carioca também vai ter que pagar a mais para receber encomendas em casa. O reajuste anual do frete, previsto em lei, vai ficar 8% mais caro.

A taxa extra poderá ser cancelada a qualquer momento, "desde que a situação de vio-

lência seja controlada", acrescentou a empresa. Segundo os Correios, é uma cobrança "emergencial" e alega que os custos com a violência aumentaram muito para garantir a segurança dos funcionários e das encomendas. E justificou que outras transportadoras também cobram a mais para entregar na região.

A decisão da estatal está provocando uma briga na Justiça, envolvendo empresas como Mercado Livre e o Procon-RJ, que entrou com uma ação civil contra a medida. A assessoria de imprensa do Procon-RJ afirmou que a justificativa dos Cor-

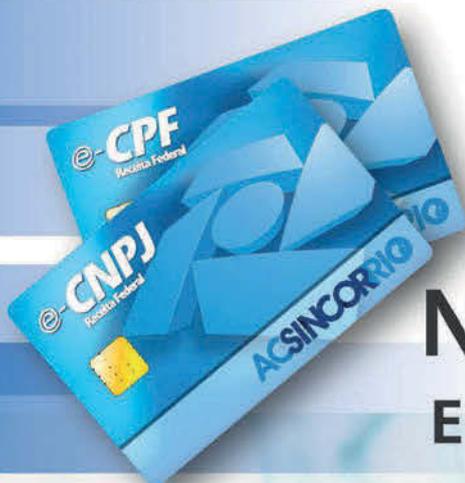
reios é discriminatória e a ação civil busca "resguardar o direito do consumidor pela falta de isonomia na cobrança", que não poderia ser aplicada somente a um estado, e sim a todos como medida de âmbito nacional.

Em nota, os Correios afirmaram que a "violência (no Rio) chegou a níveis extremos e o custo para entrega de mercadorias na cidade sofreu altíssimo impacto, dadas as medidas necessárias para manutenção da integridade dos empregados, das encomendas e até das unidades dos Correios".

 REPRODUÇÃO INTERNET



■ **Números.** No ano passado, houve uma média de 32 roubos de cargas a caminhões dos Correios, por dia, no Rio



CONQUISTE NOVOS CLIENTES E AUMENTE SUAS RECEITAS COM A CERTIFICAÇÃO DIGITAL



ACSINCORRIO

backoffice.acsincorrio.com.br/rede

uma iniciativa **SINCOR-RJ**

Projetos em tramitação podem tirar direitos dos corretores

POR **LETÍCIA NUNES**

Com o fim do recesso parlamentar e a retomada dos trabalhos na Câmara e no Senado, os corretores de seguros iniciaram uma mobilização para avaliar que assuntos tramitam no Congresso e que podem, direta ou indiretamente, afetar a categoria. Por enquanto, não é possível sequer prever quando essas propostas serão votadas – algumas sequer têm relator ou ainda dependem de aprovação em comissões internas. Mas, nem por isso, os profissionais do setor deixam de lado a preocupação.

“São muitas propostas e precisamos estar atentos para ver se não tem alguma pegadinha no meio delas. Há muitos interesses envolvidos”, afirma o presidente do Sincor-RJ, Henrique Brandão.

Nas últimas semanas de março, Brandão esteve em Brasília para listar os projetos que podem trazer consequências positivas ou negativas para o exercício da profissão de corretor de seguros. O objetivo número um é evitar que alterações na Lei nº 4.594 tramitem e sejam aprovadas sem a devida discussão com a categoria. Esta lei, de 29 de dezembro de 1964, regulamenta a profissão do corretor de seguros e é considerada uma espécie de Constituição dos corretores.

Pagamento de comissão – O projeto de lei 4.976, apresentado em janeiro de 2013, é um dos que propõe mudanças na lei 4.954. Ao alterar a redação dos dois parágrafos do artigo 13 e propor a inclusão de outros dois parágrafos, o PL determina, entre outras regras, que os valores da corretagem serão acertados no momento da conclusão ou do ajuste do seguro. Esses valores poderão ser pagos pelas seguradoras proporcionalmente aos prêmios recebidos. Já as comissões dos corretores só poderão sofrer os descontos previstos em lei ou decididos pela Justiça.

Para os profissionais do setor, a maior vantagem é que, caso o seguro seja cancelado, a comissão do corretor não

poderá ser estornada ou devolvida. O projeto de lei também retira da lei o trecho que obriga o corretor a restituir valores oriundos de alterações de prêmios por erro de cálculo na proposta ou por ajustamentos negativos. O PL 4.976 está aguardando apreciação no Senado.

Outra questão importante para os profissionais está em discussão por meio do PL 5.127, apresentado em maio de 2016. O projeto de lei trata da responsabilidade objetiva das sociedades seguradoras e da responsabilidade civil e da responsabilidade subjetiva do corretor de seguros.

A proposta prevê a inclusão de um parágrafo único no artigo 78 e a mo-



“SÃO MUITAS PROPOSTAS E PRECISAMOS ESTAR ATENTOS PARA VER SE NÃO TEM ALGUMA PEGADINHA NO MEIO DELAS. HÁ MUITOS INTERESSES ENVOLVIDOS.”

HENRIQUE BRANDÃO

dificação da redação do caput do artigo 126, com a inclusão de dois parágrafos, no decreto-lei 73, de 1966. No momento, o PL 5.127 aguarda que um relator seja designado na Comissão de Finanças e Tributação. “Essa decisão é fundamental. O

FABIO POZZEBOM - AG. BRASIL



corretor não pode ser responsabilizado da mesma forma que a seguradora. No caso de um sinistro de alto valor, o profissional vai à falência”, observa Brandão.

Nome empresarial – O projeto de lei 2.420, de julho de 2015, também propõe mudanças ao decreto lei nº 73 e tramita juntamente com o PL 5.127, aguardando a designação do relator na Comissão de Finanças e Tributação. O texto acrescenta quatro parágrafos ao artigo 122 para proibir o registro de seguradora com nome empresarial idêntico ou semelhante a outro já existente.

A proposta que parece estar mais próxima de ir à votação é o PL 3.223, de outubro de 2015, que regulamenta a atividade e a profissão de corretor de planos privados de saúde suplementar. Este projeto foi anexado ao PL 7.419, de agosto de 2006, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. A lei dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e as mudanças previstas no projeto de lei estão prontas para entrar na pauta do Plenário e da Comissão Especial do Senado.

Ainda sobre medidas para regulamentar a profissão, o PL 3.822, de agosto de 2008, estabelece normas para a atividade de corretor de seguro rural. Na lista de propostas positivas, o presidente do Sincor-RJ cita também o PL 9.129, apre-

■ **Plenário do Congresso.**
Corretores temem que haja alteração na Lei nº 4.594, que regulamenta a profissão desde 1964, sem a devida discussão com a categoria

sentado em novembro do ano passado. O projeto aguarda a escolha do relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e regulamenta a participação do corretor de seguros (pessoa física ou jurídica) em licitações públicas ou privadas, na condição de administrador de seguros. “Esse projeto amplia a área de atuação do corretor e abre novas frentes de trabalho”, destaca Brandão.

A relação de ações parlamentares que podem afetar a corretagem de seguros inclui Projetos de Lei Complementar – PLP 144, de novembro de 2007, que altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, no sentido de estabelecer o lugar em que será devido o Imposto sobre Serviços de qualquer natureza nas prestações de serviços de agenciamento, corretagem e intermediação de seguros. No momento, o PLP aguarda apreciação pelo Senado

O Sincor-RJ também acompanha com atenção a tramitação de uma emenda à Lei 8.245, a chamada Lei do Inquilinato, promulgada em 18 de outubro de 1991. O objetivo é alterar as garantias exigidas pelos locadores aos locatários nos contratos de aluguel de imóveis, mexendo, por exemplo, com o seguro fiança locatícia.

“De modo geral, temos que ficar atentos à tramitação desses projetos, por mais que as votações pareçam distantes. Não podemos correr o risco de um belo dia dormirmos corretores e acordarmos sem a nossa carteira profissional e sem nossos direitos”, conclui o presidente do Sincor-RJ.

“Minha missão é a evolução dos negócios num ambiente dinâmico e digital”

POR **LUIZ LOURENÇO**

Nesta primeira entrevista concedida à imprensa após assumir o comando da vice-presidência Comercial da SulAmérica, André Lauzana se comprometeu a “propiciar ao corretor de seguros todo o suporte necessário para que o profissional possa fazer mais negócios” e afirmou que tem algumas novidades para esses parceiros comerciais, mas mantém segredo para não “estragar a surpresa”. O executivo garante ainda que o Rio de Janeiro é estratégico para os negócios da SulAmérica e que vai continuar investindo forte no estado. Ele disse ainda que pretende levar ao consumidor carioca o que há de mais moderno na prestação de serviços de seguros e, para isso, aposta na parceria com o corretor.

Como está o relacionamento da SulAmérica com os corretores de seguros e qual o peso desse canal na produção global da seguradora?

Os corretores são a prioridade da SulAmérica, são nossos principais parceiros de negócios e atuam como importante elo entre a companhia e os clientes. Investimos constantemente no atendimento a estes profissionais, para que eles estejam cada vez mais preparados e seguros para realizar, de

maneira dinâmica, todas as suas atividades, desde o desenvolvimento de estratégia de vendas até a consultoria de proteção para seus clientes, identificando a necessidades deles e oferecendo produtos de diferentes linhas de negócios, que contribuam para a evolução de sua carteira.

Qual é sua missão ao assumir o novo posto?

É a evolução dos negócios em um ambiente cada vez mais dinâmico e digital. Estamos passando por uma profunda transformação dos hábitos de consumo, e meu propósito é propiciar ao corretor todo o suporte necessário para que ele possa fazer mais negócios nesse contexto.

Há alguma novidade visando aprofundar esse relacionamento?

Tenho novidades sim. Mas quando a gente antecipa acaba por estragar a surpresa. O que eu posso adiantar é que estamos trabalhando muito e que vem novidade por aí. Aguardem!

Qual a relevância do Rio de Janeiro para a SulAmérica?

Nossas histórias se misturam. O Rio é estratégico para os nossos negócios, somos a seguradora dos clientes e corretores cariocas. Ampliamos nossa presença no mercado e os resultados comprovam isso. Vamos continuar investindo no Rio, como sempre fizemos. Recentemente inauguramos as novas instalações do Espaço VIP (Vida, Investimentos e Previdência), no Cen-

tro da cidade, um ambiente moderno para que os corretores parceiros realizem seus negócios com todo o suporte da equipe comercial da SulAmérica.

A instabilidade da economia está se refletindo nos negócios da SulAmérica?

Os sinais são de melhora, e passamos em excelente forma pelos recentes desafios. Nossos resultados comprovam nossa capacidade de superação. Estamos mais preparados para tirar proveito das oportunidades que estão por vir e, sempre olhando para a frente, continuaremos investindo.

Qual o papel reservado ao corretor nesse processo?

O corretor tem um papel fundamental e de extrema importância na identificação das necessidades dos clientes. Ele é um grande consultor de negócios e tem condições de apresentar o que há de mais moderno na prestação de serviços de seguros. Nós da SulAmérica trabalhamos todos os dias para levar ao corretor uma grande variedade de produtos, serviços e ferramentas, já alinhados com as novas tendências de mercado.

Como os corretores do Rio estão recebendo sua chegada ao novo cargo?

A resposta é muito positiva. Minha parceria com os corretores não é de hoje, já estou na companhia há sete anos. Agora, na área Comercial, vamos estreitar esse relacionamento. A





parceria com os corretores está no DNA da SulAmérica, e não será diferente comigo. Estou aqui para levá-los, junto com a companhia, para um mundo em constante transformação e cada vez mais digital. E não estou sozinho: a companhia tem um direcionamento forte para inovação e tecnologia. Além disso, a equipe Comercial em todo Brasil é extremamente preparada. E aqui no Rio e no Espírito Santo conto com o trabalho da equipe liderada pela Solange Zaquem, que tem tido excelentes resultados.

A SulAmérica está entre as maiores no ramo de veículos. Há pretensão de subir nesse ranking?

Melhor do que falar de posicionamento de ranking é falar de crescimento de negócios de maneira sustentável. A combinação de um bom serviço, conveniência e um valor adequado é o nosso objetivo. O posicionamento no ranking é uma consequência. Buscamos crescer de maneira sustentável e com a rentabilidade adequada.

“A SULAMÉRICA SEGUIRÁ INVESTINDO EM SUAS OPERAÇÕES, COM OLHAR ATENTO À INOVAÇÃO E TECNOLOGIA, À MELHORIA DA EXPERIÊNCIA DO SEGURADO E AO RELACIONAMENTO COM OS CORRETORES PARCEIROS.”

E no ramo Saúde?

Somos protagonistas neste segmento, sempre com produtos e serviços inovadores. Nossa atuação em saúde é reconhecida pelos consumidores, empresas e corretores. Temos nos modernizado constantemente para trazer um novo conceito de gestão de saúde, que é o nosso diferencial, e acreditamos no bem-estar dos

nosso segurados. Dentre as várias iniciativas que comprovam isso, destacamos o recente lançamento, em parceria com a Sharecare, de um aplicativo que traz dicas de saúde e incentiva o bem-estar.

O que diferencia o consumidor do Rio dos demais estados?

A identificação da SulAmérica com os cariocas tem ultrapassado gerações. Nascermos no Rio e sabemos o potencial estratégico da região fluminense e suas necessidades. Em parceria com o corretor, temos condições de levar ao consumidor carioca o que há de mais moderno na prestação de serviços de seguros. Para isso, ele sabe que pode contar com o nosso principal parceiro de negócios.

Qual a sua expectativa para o desempenho do mercado em 2018?

As estatísticas oficiais comprovam sinais de melhora no país. O Rio vem passando por momentos difíceis, mas acreditamos em sua recuperação. A SulAmérica seguirá investindo em suas operações, com um olhar atento à inovação e tecnologia, à melhoria da experiência do segurado e ao relacionamento com os corretores parceiros da companhia. Nossos investimentos refletem a confiança no poder de superação do brasileiro. Somos uma companhia de 122 anos, que já viu e passou por muitas transformações.

A internet é aliada ou inimiga do corretor?

Certamente a internet é uma grande aliada do corretor. Eu venho com o direcionamento muito forte da SulAmérica para o desenvolvimento de novas soluções que propiciem ao corretor a evolução de seus negócios neste ambiente. O Portal do Corretor, De Olho nos seus Negócios, Cotador Online, aplicativos diversos e reembolso digital são alguns exemplos. Esse direcionamento norteia a minha atuação e a de todos os funcionários da SulAmérica.

A morte encarada com bom humor

POR **BIANCA ROCHA**

Um tabu. É dessa forma que muitas pessoas encaram a morte, mesmo sendo a única certeza na vida de qualquer um. Empresas que comercializam produtos associados a esse momento de dor sabem que não é fácil quebrar o gelo ao abordar esse assunto com os clientes. Mas a Sinaf – que comercializa seguro e assistência funeral – encontrou um jeito de encarar a missão: o bom humor. A fórmula tem dado certo e facilitado o trabalho dos corretores fluminenses que comercializam o produto.

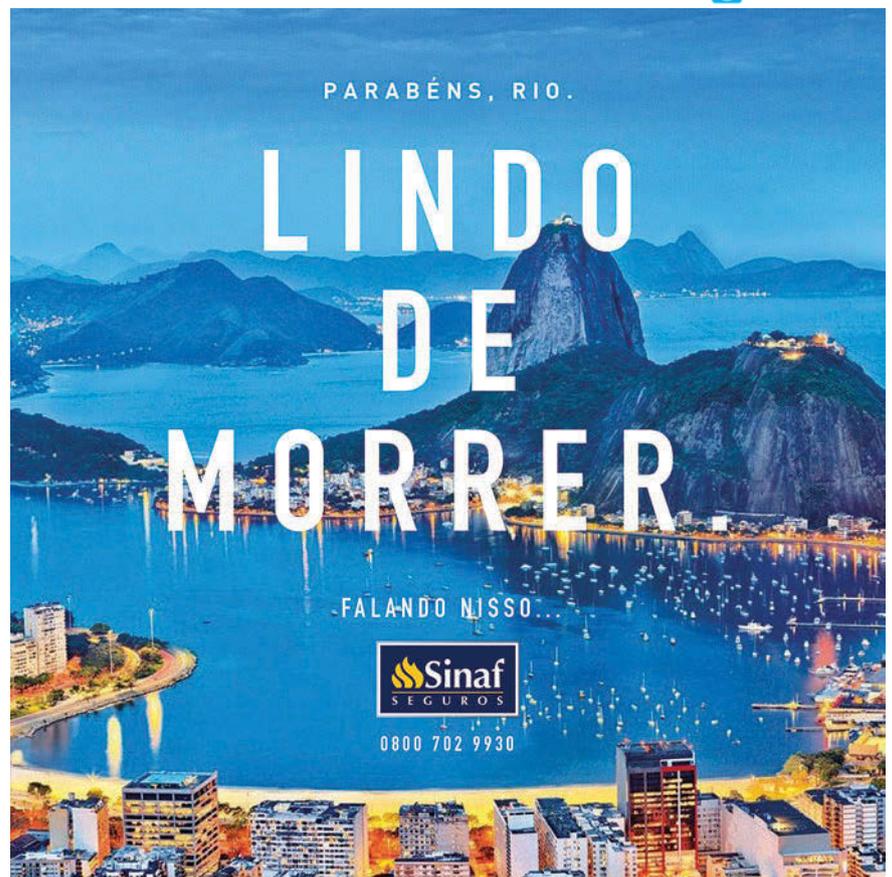
A seguradora tem um portfólio extenso de campanhas publicitárias que usam e abusam de frases recheadas de criatividade e humor (muitas vezes, negro) sobre a morte. Uma das mais recentes, veiculada nas redes sociais da empresa, aproveitou a data de aniversário do Rio de Janeiro (1º de março) e a onda de violência que aterroriza os cariocas para dar seu recado: “Rio, lindo de morrer”. A campanha rendeu uma avalanche de comentários e curtidas de seguidores da página da Sinaf no Facebook. No carnaval, a empresa já havia aproveitado o gancho da folia para lançar a campanha: “Aproveitamos a quarta-feira de cinzas para lembrar que temos cremação. Feliz Carnaval”.

“Há um tabu no Brasil em relação à morte. Queremos que, por meio das

campanhas, o corretor consiga se aproximar mais facilmente dos clientes e venda cada vez mais seguros com cobertura funeral. O objetivo é que as pessoas lembrem da Sinaf com um sorriso no rosto e não como um agente da morte, presente apenas nos momentos da perda de entes queridos”, diz o gerente de Marketing da seguradora, Rodrigo Palo.

Trampolim – Não é de hoje que a Sinaf recorre a piadas para quebrar o gelo em torno do assunto e já é conhecida no mercado pelo humor sátiro e brincalhão que ilustra suas peças publicitárias. Segundo Rodrigo, essa estratégia de comunicação tem sido, há mais de 20 anos, o trampolim da empresa não só para o reconhecimento no mercado, como também para a evolução

 DIVULGAÇÃO SINAF



■ **Controvérsia.** A onda de violência que aterroriza os cariocas foi mote de uma das campanhas, gerando uma avalanche de curtidas e críticas



do negócio. A empresa nasceu há 35 anos apenas como uma assistência funeral e, em 2002, tornou-se uma seguradora especializada na venda de seguros de vida com cobertura funeral completa. Hoje são mais de 180 mil seguros de vida ativos que protegem cerca de 800 mil vidas. O faturamento no ano passado superou a casa dos R\$ 130 milhões.

Segundo Palo, a empresa tem registrado crescimento anual de 10% ao longo da última década – e ainda tem espaço para crescer. “Muitas pessoas não estão preparadas para enfrentar a morte, principalmente no que se refere às despesas com velório e sepultamento, geralmente altas. Mas isso vem mudando, cada vez mais

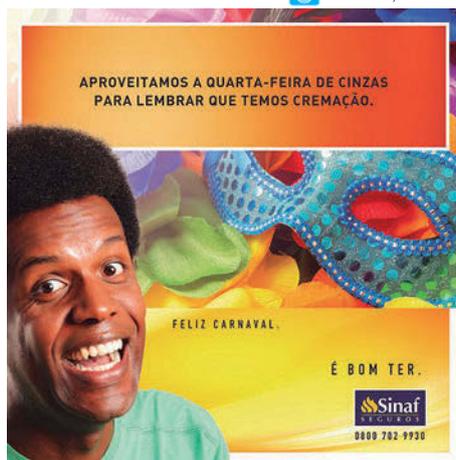
“O OBJETIVO É QUE AS PESSOAS LEMBREM DA SINAF COM UM SORRISO NO ROSTO E NÃO COMO UM AGENTE DA MORTE, PRESENTE APENAS NOS MOMENTOS DA PERDA DE ENTES QUERIDOS.”

RODRIGO PALO

pessoas querem se resguardar, para enfrentar esse momento doloroso da forma menos dolorosa possível”.

Nos planos da Sinaf, a criatividade continuará reinando, especialmente nas mídias sociais. A empresa estruturou uma área somente para dar conta das demandas das redes sociais, consideradas fundamentais para o negócio. “Investimos em campanhas de rádios, televisão e outdoors, mas nada se compara ao custo-benefício das

DIVULGAÇÃO SINAF



mídias sociais. Já temos mais de 80 mil seguidores no Facebook”, comemora.

Aumento da procura – Dados oficiais da Susep indicam que o seguro funeral está entre as carteiras que mais crescem no mercado brasileiro. Segundo a autarquia, esses produtos movimentaram mais de R\$ 545 milhões em prêmios no ano passado, bem acima dos cerca de R\$ 483 milhões obtidos em 2016. São Paulo é o estado com maior arrecadação: quase R\$ 165 milhões em 2017.

Professor e coordenador da Faculdade da Escola Nacional de Seguros, José Antônio Varanda diz que, de fato, há uma maior pré-disposição das pessoas em relação a este tipo de produto. Para ele, a preocupação de que a dor da perda não afete também a economia familiar fez aumentar a procura pelas apólices de seguro funeral.

“O aumento da violência urbana e dos acidentes no trânsito, além do custo baixo das apólices, têm feito muita gente refletir sobre a importância de estar resguardados nesse momento”. O valor mensal de um seguro funeral no mercado em geral varia entre R\$ 8 e 40, dependendo das coberturas escolhidas, segundo o professor.

Em função do custo baixo de contratação, o seguro funeral torna-se interessante para o

corretor de seguros quando negociado de forma coletiva, em empresas, por exemplo, afirma Varanda. As oportunidades de novos negócios, segundo ele, estão na classe C e em segmentos cujas convenções coletivas de trabalho firmadas entre empresas e sindicatos exigem a contratação deste tipo de benefício para os trabalhadores. “É um seguro que as pessoas com renda média conseguem pagar. As classes A e B geralmente já contratam seguro de vida com a cobertura funeral incluída”.

O docente explica as diferenças entre assistência e seguro funeral. Na primeira, o cliente deve entrar em contato diretamente com a seguradora/empresa indicada por ela, responsável pela prestação de servi-

“O AUMENTO DA VIOLÊNCIA URBANA E DOS ACIDENTES NO TRÂNSITO, ALÉM DO CUSTO BAIXO DAS APÓLICES, TÊM FEITO MUITA GENTE PENSAR NA IMPORTÂNCIA DE SE RESGUARDAR NESSE MOMENTO.”

JOSÉ ANTONIO VARANDA

ços como recolhimento de documentos básicos, providência de certidão de óbito e execução de todos os trâmites, incluindo a higienização do falecido ou a tanatopraxia (técnicas de conservação) do corpo, sepultamento e entregar a certidão de óbito ao fim do funeral. No segundo caso, o cliente tem a opção de receber o reembolso dos gastos, caso solicite uma funerária diferente daquela indicada pela seguradora.

A tecnologia ao alcance de todos, inclusive dos corretores

POR **LUIZ LOURENÇO**

Na edição 2017 do CIAB Febraban (Congresso de Tecnologia da Informação para Instituições Financeiras), realizado em São Paulo, foi apresentado o case da insurtech Limonade, de Nova York (EUA), que reivindica inserção no “Livro dos Recordes” (Guinness Book) por ter pago uma indenização apenas três minutos após o comunicado de roubo. Na mesma ocasião, causou furor a análise da CB Insights e Oliver Wyman, segundo a qual os investimentos em insurtechs, que somaram US\$ 3,9 bilhões

em 2016, podem atingir a marca de US\$ 6 bilhões em 2020, projeção que muitos já apontam como tímida.

São casos isolados, mas indicam o surgimento de um novo e promissor mercado de seguros. O avanço desse novo cenário é rápido e não há tempo para pensar muito, especialmente para quem está na linha de frente, como os corretores de seguros. Assim, é preciso rever conceitos e aprofundar o conhecimento sobre o que de novo está sendo feito no exterior e, principalmente, no Brasil. Afinal, o risco de ficar alijado do mercado é alto para quem não estiver devidamente preparado.

Nesse cenário, é fundamental ser disruptivo e criativo, buscando inspiração em exemplos como o de clubes de futebol da Europa, que estão contratando seguros contra “zebras”, as chamadas apólices de ‘Prize Indemnity’, que indeniza por glórias inesperadas de equipes pouco cotadas. Esse seguro é utilizado, inclusive, como garantia para clubes de menor porte, que alcançam sucesso inesperado e precisam pagar bônus elevados para seus atletas.

Corrida tecnológica – É necessário ficar atento ainda aos alertas feito por especialistas, como os consultores da agência de qualificação AM Best, para quem há o risco real de o mer-

REPRODUÇÃO INTERNET



cado de seguros “ficar para trás” nessa corrida tecnológica, caso os executivos do setor resistam a aprender e investir em novas tecnologias e acompanhar de perto o que está sendo desenvolvido e implementado em todo o mundo.

Segundo a AM Best já não basta deixar a cargo dos departamentos de informática a resolução de eventuais problemas. Na verdade, essa opção está longe de ser a ideal em um momento em que o mercado de seguros tem sido invadido por novos e ousados players, que prometem alterar profundamente a forma como o setor atua, especialmente no relacionamento e atendimento ao consumidor.

“As seguradoras precisam continuar investindo em novas tecnologias”, alerta o relatório da consultoria, que aponta as áreas em que as empresas acreditam haver mais necessidade de atualização: de coleta e utilização de dados, interação com os clientes e distribuição de produtos. Para ajudar o setor nesse processo de adequação aos novos tempos, há no mercado internacional tecnologias como a blockchain, que, em linhas gerais, aprimora e torna mais seguro o compartilhamento de informações e a interação entre participantes de um contrato.

Evolução do risco – Especialistas que enxergam essa tecnologia como um registro contábil descentralizado, asseguram que suas características são essencialmente apropriadas para o mercado de seguros, uma vez que é possível

**O MERCADO DE SEGUROS
PODE FICAR PARA TRÁS NA
CORRIDA TECNOLÓGICA,
CASO SEUS EXECUTIVOS
RESISTAM A INVESTIR EM
NOVAS TECNOLOGIAS E
ACOMPANHAR O QUE ESTÁ
SENDO IMPLEMENTADO
NO MUNDO.**

implementar contratos entre vários participantes, que podem variar de acordo com a evolução do risco. Além disso, reduz o risco de fraude.

Para quem acha que essa é uma realidade distante para corretoras de seguros brasileiras, vale citar o caso de uma empresa nacional que não apenas já está na dianteira em termos de investimentos em tecnologia como até se destaca no cenário internacional. No final do ano passado, a Minuto Seguro, corretora de seguros online, venceu o Hackaton, uma maratona promovida pelo Google para otimização da versão mobile dos sites de grandes empresas.

Ao comentar a conquista, o CEO da corretora, Marcelo Blay, dedicou a vitória ao segmento de corretagem de seguros nacional. “Dá para acreditar que um dia uma corretora de seguros do Brasil seria tão ágil como gigantes

mundiais no universo digital? Pelo menos por um dia tivemos o site mobile mais rápido do mundo! Acredito que seja uma conquista relevante para o mercado de corretores do Brasil, colocando nossa categoria numa posição de protagonismo nunca antes imaginada. Lutamos pelo sucesso dos corretores”, comemorou Blay.

O presidente do Sincor-RJ, Henrique Brandão, também não se cansa de apontar o investimento em tecnologia como fundamental para o futuro da categoria dos corretores de seguros. “A tecnologia está presente em diversas operações nos negócios. O atual consumidor é de uma geração que investe em recursos tecnológicos constantemente. O conceito e a fundamentação do seu uso são importantes para aproximar o corretor e segurado nas negociações. A tecnologia é um processo facilitador instaurado na sociedade. Ou o corretor se prepara, ou estará fora do mercado”, avalia Brandão.

Atento a esses movimentos, o Sincor-RJ promove, desde o ano passado, inúmeros eventos e cursos para tratar especificamente sobre essa questão. Foi assim no ciclo de palestras que abordou temas como “O Papel do Corretor no futuro e as Novas Tecnologias” e “Seguros na Internet: Ameaça ou Oportunidade?”. Para Arley Boullosa, diretor de Ensino do Sindicato, “o profissional multiconectado, que tiver disciplina para usar todas as ferramentas tecnológicas, obterá êxitos em todos os aspectos.”

Rodada de encontros reúne seguradoras e corretores

 DIVULGAÇÃO SINCOR-RJ

A Diretoria de Ensino do Sincor-RJ, sob a coordenação de Arley Boullosa, vem promovendo rodadas de encontros com os diretores das principais seguradoras que atuam no estado do Rio, para discutir e debater assuntos de interesse da categoria. Pelo auditório do Sindicato já passaram representantes da Porto Seguro, Bradesco, Mapfre, Zurich, Liberty, Allianz, HDI, Azul, Sompó, Generali e SulAmérica.

Além de aproximar os corretores dos executivos das companhias, os eventos têm o objetivo de debater a situação atual do mercado de seguros no Brasil e as estratégias de cada seguradora para o estado do Rio de Janeiro. “As seguradoras se encontram em situação delicada com o aumento da sinistralidade no ramo de automóvel e é muito importante que os executivos tenham a oportunidade de falar com os corretores sobre o assunto e mostrar outros caminhos que possam ser trilhados”, informa Boullosa.

O diretor acrescenta que a organização dos encontros teve o cuidado para não deixar os debates caírem em discussões pontuais, pois o foco é o atendimento comercial, o compromisso das seguradoras com os corretores como principal canal de distribuição, a aceitação e a precificação, além de discutir as perspectivas do mercado e apontar outros produtos que os corretores possam incluir no seu leque de comercialização.



■ **Em palestra recente,** Gustavo Mello (professor da ENS), Eduardo Fazio (diretor da Sompó), Henrique Brandão (presidente do Sincor-RJ) e Emerson Bueno (diretor da Zurich)

Agenda

As palestras previstas para maio e junho serão ministradas pelo diretor de Ensino do Sincor-RJ, à exceção dos indicados de forma diferente. Anote aí:

MAIO

- Dia 09** Plataformas e Assessorias, uma visão de mercado
- Dia 14** E-social para as corretoras de seguros (Affonso d’Anzicourt)
- Dia 16** Sinistro e o impacto na sua empresa
- Dia 23** Conversa com a ANS
- Dia 28** E-social para as corretoras de seguros e constituição de uma sociedade corretora de seguros – Vantagens (Affonso d’Anzicourt)

JUNHO

- Dia 06** Crescendo durante esse período turbulento do país
- Dia 11** E-social para as corretoras de seguros (Affonso d’Anzicourt)
- Dia 13** O que podemos aprender com a Youse?
- Dia 20** conversa com a Susep
- Dia 25** E-social para as sociedades corretoras de seguros e constituição de uma sociedade corretora de seguros – Vantagens (Affonso d’Anzicourt)
- Dia 27** O corretor e novas tecnologias



“Esses encontros organizados pelo Sindicato são um grande acontecimento no mercado do Rio de Janeiro, fundamentais para a qualificação do corretor, que tem nesses debates a possibilidade de aprender e evoluir. A diversidade de temas também é um diferencial importante, pois traz ao conhecimento de todos as estratégias e o funcionamento das seguradoras. É um trabalho brilhante”, elogia Carlos Alberto Santiago, da CAS Corretora de Seguros, que participa assiduamente dos encontros.

Impacto da Selic – As palestras estão sendo adaptadas para seguir a programação de temas definidos e divulgados. O propósito é ouvir de cada executivo das seguradoras convidadas o que cada uma está fazendo para alcançar o crescimento esperado, principalmente num ano em que a taxa básica de juros (Selic) será mantida em patamares baixos, o que impacta diretamente as contas das companhias.

Uma questão que foi bastante levantada nos encontros já realizados é o atendimento aos corretores de seguros, pois são constantes as reclamações quanto ao distanciamento das seguradoras de seus parceiros comerciais. Com base nas explicações, fica claro que as companhias foram obrigadas a reduzir seus quadros, para se adaptarem à crise econômica, e que essa redução de pessoal prejudicou o relacionamento entre as partes.

“Algumas seguradoras estão sobrecarregando seus gerentes com uma grade

de corretores excessivamente superior à capacidade de atendimento, e outras que acabaram criando estruturas de ‘atendimento remoto’, o que dificulta a negociação de riscos diferenciados e limita a produção das seguradoras”, pontua Arley.

Formato original – A sequência de encontros com a participação de diretores de seguradoras acontecerá até o mês de abril e, a partir de maio, as palestras retornam ao formato original, sempre respeitando os temas escolhidos pelos corretores através de pesquisa realizada no site do Sincor-RJ. “Há muitos outros assuntos que merecem ser discutidos e alguns que precisamos de um debate mais aprofundado”, informa o diretor.

Os temas debatidos envolvem economia, marketing digital, gestão de pessoas, melhoria de processos, captação de leads e outros assuntos de interesse que, inicialmente, pareciam estranhos a esses profissionais. A corretora Rita de Lourdes

Cortes Mota Fernandes está entre aqueles que passaram a ver o universo de trabalho de forma diferente e muito mais ampla após os encontros.

“É uma iniciativa nota 10. São imensuráveis os benefícios proporcionados por esses encontros, que abriram meus horizontes para questões antes nem consideradas. Os conhecimentos que acumulei despertaram em mim a vontade de ampliar meu leque de atuação. Minhas expectativas são as melhores possíveis, era o que faltava ao Sindicato”, avalia.

A meta de Diretoria de Ensino é alcançar a participação de dois mil corretores nas palestras que ocorrerão ao longo deste ano. Segundo Boullosa, é preciso também qualificar os funcionários das corretoras, com assuntos mais voltados para técnicas de vendas, teoria geral do seguro, pós-venda e outros relacionados a questões operacionais, que são tão importantes quanto o ato de vender.

 DIVULGAÇÃO SINCOR-RJ



■ **Audiência.** O interesse dos corretores pelos temas debatidos tem sido crescente

Seguros de pessoas lideram ranking no Rio

POR **LUIZ LOURENÇO**

A crise política e econômica que atinge particularmente o Rio de Janeiro trouxe reflexos negativos para o mercado de seguros. Dados oficiais da Superintendência de Seguros Privados (Susep) indicam que a receita de prêmios gerada no estado entre janeiro e dezembro do ano passado somou pouco mais de R\$ 24 bilhões. De acordo com a autarquia, esse valor é 1,6% menor que o montante registrado em 2016 em termos nominais – sem considerar a inflação acumulada entre os dois períodos comparados.

A estatística da Susep aponta ainda que o volume de sinistros acumulados em 2017 atingiu a marca de R\$ 4,8 bilhões. Isso significa que o mercado de seguros contribuiu significativamente para reduzir os efeitos da crise sobre o cotidiano de cariocas e fluminenses, devolvendo para a sociedade e injetando na economia local, sob a forma de indenizações, benefícios e prêmios, algo em torno de R\$ 13,2 milhões a cada 24 horas. Em comparação a 2016, as indenizações pagas no Rio de Janeiro cresceram 7,5%.

O ano até começou bem para o mercado, como indica o banco de dados da Susep. A receita apurada no primeiro trimestre de 2017 chegou a R\$ 5,996 bilhões, o que representou um incremento expressivo de 13,7% em

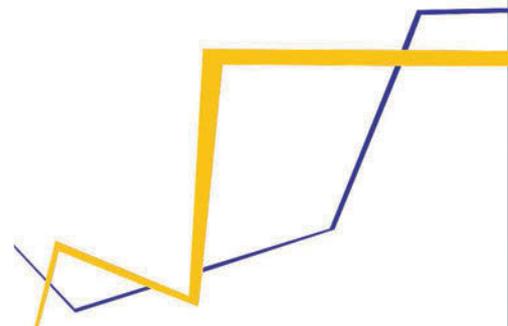
relação ao valor registrado nos três primeiros meses de 2016. Em contrapartida, a receita acumulada no último trimestre do ano passado, de aproximadamente R\$ 6,3 bilhões, foi 12% menor que a apurada entre outubro e dezembro de 2016.

Ramo de pessoas – Contudo, a ‘tormenta’ que atingiu o mercado do Rio de Janeiro no ano passado passou longe do ramo de pessoas que engloba, entre outros, os seguros de vida, acidentes pessoais, viagem, educacional e prestamista. Segundo a Susep, a receita apurada nas carteiras que integram esse segmento ficou em R\$ 2,5 bilhões no ano passado, no Rio. Esse valor é 4,7% maior que a computada de janeiro a dezembro de 2016.

A performance alcançada no estado foi diferente do desempenho nacional. Como indica levantamento feito pela FenaPrevi, os seguros de pessoas fecharam o ano com R\$ 34,5 bilhões em prêmios, resultado 10,9% superior na comparação com os R\$ 31,13 bilhões registrados em 2016.

De qualquer forma, o desempenho do mercado carioca confirma a projeção que vem sendo feita pela diretoria do Sincor-RJ a respeito do potencial dos seguros de pessoas. “O corretor de seguros precisa investir mais no ramo de pessoas e deixar o seguro de automóvel um pouco de lado”, alerta o presidente do Sindicato, Henrique Brandão.

O DESEMPENHO DO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CONFIRMA A PROJEÇÃO QUE VEM SENDO FEITA PELA DIRETORIA DO SINCOR-RJ A RESPEITO DO POTENCIAL DOS SEGUROS DE PESSOAS.



Na visão dele, o corretor de seguros só tem a ganhar se mudar sua postura. Brandão lembra, inclusive, que ele próprio sempre direcionou o foco de atuação para os seguros de pessoas e não tem razão para se arrepende. “Esse é o melhor caminho para corretores de seguros de todos os portes”, assegura o dirigente.

Ritmo de expansão – Avaliação semelhante é feita pelo presidente da Fena-Previ, Edson Franco, que tem expectativa de manutenção do ritmo de





expansão dos seguros pessoais, na carona da retomada do crescimento econômico. “Cada vez mais brasileiros irão contratar seguros para proteção pessoal e familiar”, projetou ele, ao anunciar o desempenho do setor em 2017.

Para o corretor de seguros, uma das principais vantagens em atuar no ramo de pessoas é a grande variedade de produtos e o fato de praticamente todas as carteiras apresentarem resultado positivo, inclusive no Rio de Janeiro. Foi o caso do seguro funeral, que gerou receita de R\$ 133,6 milhões – aumento de 14,8%, em compara-

ção a 2016. É importante destacar que, no final de 2017, a Susep consolidou as normas que regulamentam o seguro funeral, o que certamente trará novo impulso para o avanço dessa carteira, criando novo nicho a ser explorado pelos corretores de seguros.

Já o total de prêmios apurados no seguro prestamista atingiu R\$ 460,5 milhões em 2017, montante é 3% maior que o registrado no exercício anterior. A carteira também ganhou mais relevância no contexto dos seguros de pessoas, em razão da necessidade de cobertura para os segurados

que temem perder seus empregos e precisam assegurar o pagamento das dívidas.

Saldo positivo – O seguro viagem, igualmente reformulado recentemente, teve incremento expressivo da receita de prêmios, que deu um salto de 67,5%, atingindo R\$ 19 milhões no acumulado de janeiro a dezembro de 2017. O seguro educacional também apresentou saldo positivo com crescimento de 24,5% e prêmios de R\$ 6,6 milhões. Na principal carteira do ramo de pessoas, o seguro de vida, os prêmios cresceram bastante, chegando a R\$ 1,2 bilhão apenas nas apólices coletivas (avanço de 5%).

Os corretores devem ficar atentos também aos seguros de vida resgatáveis (conhecidos como “dotais”) que ganharam nova roupagem e devem alçar voo em breve. No ano passado, a receita apurada nesse ramo, no Rio de Janeiro, ultrapassou a marca de R\$ 273,5 milhões, com evolução de 15,4%. O fato é que as seguradoras já apostam cada vez mais no ramo de pessoas. É uma tendência que precisa ser abraçada pelos corretores.

O otimismo manifestado por especialistas e seguradoras é sustentado por fatores como a nova expectativa de vida da população brasileira, que cria novas demandas para o mercado de seguros. Pesquisas recentes indicam que a população com mais de 65 anos no país terá forte crescimento nos próximos anos. Nesse contexto, será vital ter diferentes opções de seguros de pessoas à disposição do cidadão comum que chega a terceira idade.

Propostas da Susep garantem mais eficiência ao setor

POR **MARIA LUISA BARROS**

A gestão do superintendente Joaquim Mendanha de Ataídes, à frente da Susep desde julho de 2016, tem sido marcada pelo esforço de atualização da regulação do setor, com foco prioritariamente na desburocratização e na eficiência. O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) aprovou em dezembro oito propostas da autarquia – entre elas, novas regras para resseguro, meios remotos, seguros de auto, funeral e de responsabilidade civil do transportador aéreo (Reta).

Além da regulação e supervisão, Mendanha aponta entre os temas prioritários de 2018: seguro rural, marco regulatório do microsseguro, seguro de RC Obrigatório (RCO), seguro prestamista, acidentes de trabalho, seguro garantia, desenvolvimento do mercado de anuidades, aprofundamento do estudo sobre o mercado marginal e autorregulação, registro eletrônico de apólices e custo de regulação – este, obedecendo a uma orientação do Ministério da Fazenda.

“A diretoria colegiada da Susep e seu quadro técnico conseguiram no ano passado, a despeito das dificuldades, superar diversos desafios nos âmbitos da regulação e da supervisão”, afirmou o superintendente, em evento da CNseg.

Autarquia alerta para golpes

No dia 12 de março, em função de novas denúncias sobre tentativas de golpe relacionadas a contratos de seguro, a Susep divulgou nota em que reitera a importância do cuidado com a contratação de propostas aparentemente vantajosas, efetivadas sem a comprovação de uma fonte confiável. “Há alguns anos, estelionatários vêm causando prejuízos a cidadãos, oferecendo o resgate de seguros e de planos de previdência adquiridos no passado, mediante o pagamento prévio de valores para a liberação de benefícios”, alerta a nota.

A Superintendência informou que já encaminhou denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) e à Polícia Federal com o objetivo de coibir tal prática. Segundo a Susep, na maioria das vezes, quando os estelionatários entram em contato com os consumidores, as empresas nas quais os seguros foram contra-

tados já encerraram suas atividades, encontrando-se sob regime de liquidação extrajudicial.

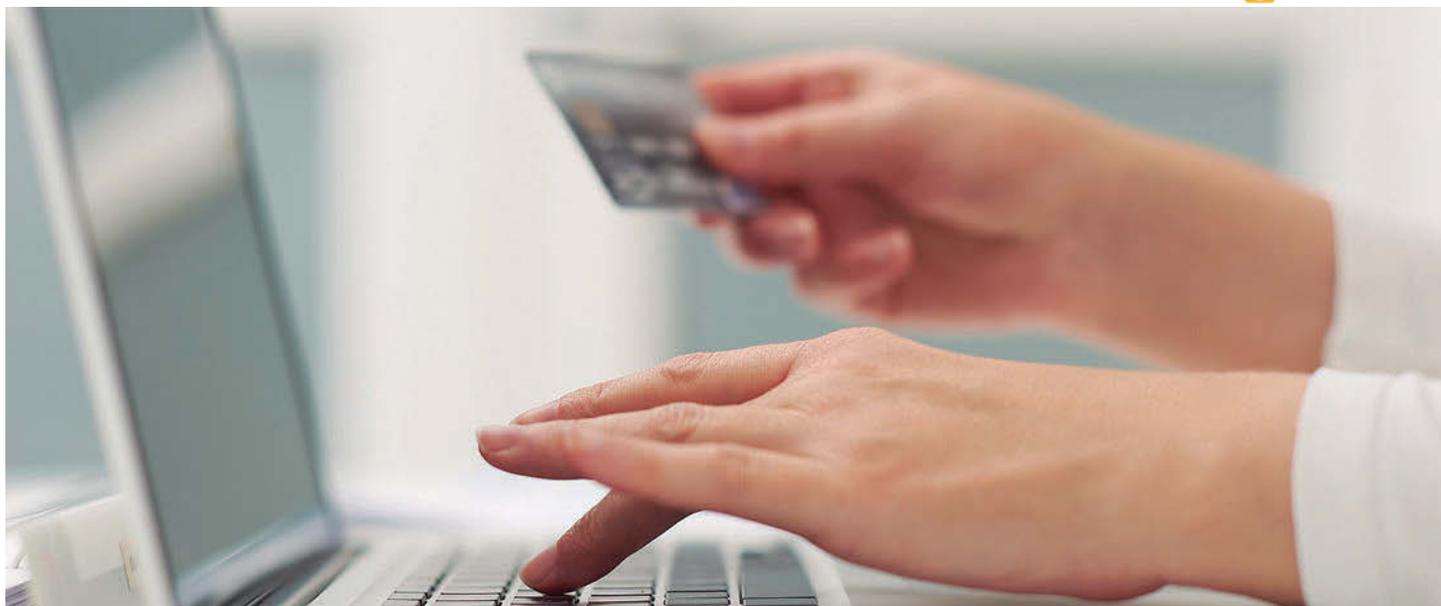
A nota esclarece ainda que o contato para o recebimento de valores é feito de maneira formal – por carta ou edital. Além disso, os liquidantes designados pela autarquia para vender os ativos das empresas em liquidação, com o objetivo de pagar seus credores (incluindo segurados e beneficiários), não solicitam, em hipótese alguma, ressalta a Susep, pagamento prévio de qualquer valor para a liberação de direitos.

Portanto, alerta a autarquia, qualquer ligação telefônica, e-mail ou contato feito por pessoa se identificando como representante da Susep, do CNSP e/ou de outros órgãos e entidades do setor de seguros, quando solicitado um pagamento prévio, trata-se de uma tentativa de golpe e deve ser denunciada imediatamente.

Seguros Populares – O seguro popular de automóvel é uma das alterações mais esperadas pelo mercado, que vai permitir às seguradoras oferecerem apenas a opção de rede referenciada

de oficinas para reparos e fixar idade mínima do veículo. As novas regras têm o objetivo de atrair proprietários de automóveis mais antigos, trazendo para o setor uma gama de clientes que





■ **Compras online.** *Uma das alterações foi a permissão da utilização de meios remotos para contratos coletivos de seguro e previdência privada*

não têm condições financeiras de contratar o produto tradicional. Essas alterações podem levar à redução do custo final do seguro para o contratante.

“Ao poder oferecer apenas a opção de reparos em rede referenciada, as seguradoras poderão ter mais controle dos custos. A tendência é de que os preços caiam e de que mais companhias se interessem pela comercialização do auto popular”, explicou.

A regulamentação do seguro funeral também deve ampliar a contratação de seguros de baixa renda, pois, embora largamente comercializado, esse tipo de seguro não tinha normas de coberturas que, a partir de agora, garantirão a prestação de serviço ou o reembolso das despesas com funeral, com livre escolha de prestadores

de serviço, segundo prevê a minuta de resolução aprovada.

As alterações entraram em vigor em janeiro, permitindo a utilização dos meios remotos para contratos coletivos de seguro e previdência privada e para envio de avisos de sinistro, solicitações de resgate, concessão de benefício, portabilidade, alteração de beneficiário e outras solicitações que impliquem na alteração ou no encerramento da relação contratual. A medida impacta diretamente os custos das operadoras.

Tarifas do DPVAT – A redução de 35% nos valores tarifários do seguro DPVAT também foi aprovada pelo CNSP, com exceção para motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares. A transferência de riscos para empresas ligadas ou pertencen-

tes a um mesmo conglomerado financeiro sediadas no exterior (operações intragrupo) e da reserva dos resseguradores locais – percentuais de oferta preferencial e contratação obrigatória de resseguros – também foram alvo de modificação pela Resolução do Conselho. A revisão segue práticas internacionais de resseguros e propõe ajustar a regulamentação vigente, especialmente para casos da oferta preferencial e contratação obrigatória de resseguros.

Outro alvo foi o seguro de responsabilidade civil do transportador aéreo (Reta), atualizado pela resolução aprovada em dezembro. A minuta da resolução, elaborada em conjunto com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), detalha a definição das coberturas de contratação obrigatória.

Café da manhã em Petrópolis

Com o objetivo de ampliar o relacionamento dos corretores de seguros com seguradoras parceiras e compartilhar informações sobre as novidades de algumas companhias – fundamentais para expandir a comercialização de seguros e gerar novos negócios –, a Delegacia Sindical de Petrópolis organizou um café da manhã com corretores de seguros da Região Serrana e executivos da SulAmérica e da Mondial Assistance, no Espaço de Eventos Chocolates Katz, em Petrópolis.

Representando a SulAmérica, estiveram presentes a diretora Regional RJ/ES, Solange Zaquem; o gerente da Filial da Região Serrana, Miguel Mouzo; e o gerente de Produção de Petrópolis, Fernando Salvador. Pela



Mondial Assistance, participaram o gestor de Auto do Rio de Janeiro, Guilherme Rocha; e o supervisor de Auto da rede, Ivan Guerra.

O diretor executivo do Sincor-RJ, Mauro Bacherinni, avaliou o encontro como fundamental para que os corretores da região possam fomentar seus negócios e estar em dia com as novidades em relação aos produtos

das companhias. “A Diretoria do Sincor-RJ sempre esteve empenhada em proporcionar o estreitamento dos laços entre corretores e seguradoras, e promove este tipo de encontro periodicamente, para que a categoria possa se atualizar, tirar as dúvidas e se qualificar para prestar um atendimento cada vez melhor aos segurados”, disse Bacherinni.

Pós-graduação da Escola Nacional de Seguros

 REPRODUÇÃO INTERNET



Três cursos de pós-graduação em nível de extensão da Escola Nacional de Seguros serão oferecidos em cinco cidades até junho. Os cursos são voltados para profissionais que têm ensino superior completo ou alto nível de conhecimento na área de interesse. A pós-graduação Gestão Comercial do Seguro, que fornece visão estratégica do mercado de seguros, dos produtos comercializados e das técnicas de comercialização e controle, está programada também para Rio de Janeiro. As inscrições devem ser feitas no site www.funenseg.org.br, onde os interessados podem obter mais informações.

Capemisa tem novo gerente no Rio

A Capemisa promoveu mudanças internas em seus quadros de gestão para fortalecer a atuação da companhia nos mercados do Rio de Janeiro, São Paulo, Juiz de Fora, Belém, São Luís, Cuiabá, Recife e Maceió. Leonardo Balbino da Silva assume a Gerência do Rio de Janeiro. Na empresa há dez anos, ele tem formação em Administração com ênfase em seguros e previdência e atuava como executivo de contas.



III Debate Lagos acontecerá em maio

Com o tema “Transforme problemas em oportunidades”, o Sincor-RJ promove a terceira edição do evento (o maior do segmento na região) no dia 25 de maio, no Centro de Convenções do Hotel Mariz Oásis, em Cabo Frio. Os debates vão reunir especialistas e autoridades do setor e contará com estandes de seguradoras e sorteio de brindes. As vagas são limitadas. Inscrições pelo site www.debatelagos.com.br, pelos telefones (21) 3505-5900 ou por e-mail: debatelagos@sincor-rj.org.br

Recadastramento: prazo suspenso

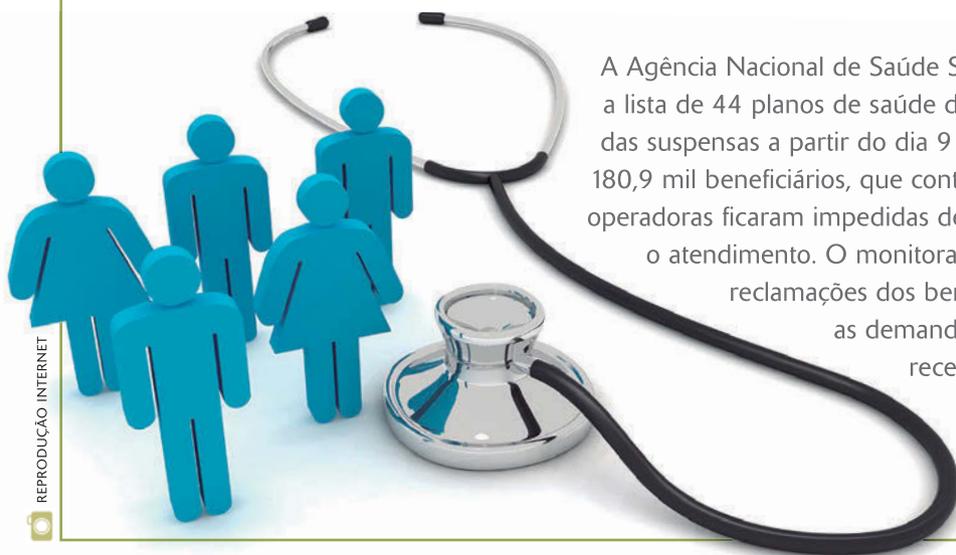
Conforme o disposto na Circular Susep 567, de 27 de fevereiro deste ano, publicada no Diário Oficial da União no dia seguinte, a Susep suspendeu o início

do prazo de recadastramento para as sociedades corretoras, antes estipulado em 1º de março. A medida, segundo a autarquia, ocorre em função do aprimora-

mento do sistema interno de recadastramento. Tão logo as adequações no sistema estejam concluídas, a Susep informará a nova data para o início do processo.

ANS suspendeu a venda de 44 planos em março

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulgou em 2 de março a lista de 44 planos de saúde de 17 operadoras que tiveram suas vendas suspensas a partir do dia 9 daquele mês. A medida protege cerca de 180,9 mil beneficiários, que continuaram a ter assistência regular, mas as operadoras ficaram impedidas de vender novos planos, até que melhorem o atendimento. O monitoramento avalia as operadoras com base nas reclamações dos beneficiários. Nesse ciclo, foram consideradas as demandas do 4º trimestre de 2017, quando a ANS recebeu 15.487 reclamações. No período, 91,6% das queixas foram resolvidas pela mediação feita pela ANS via Notificação de Intermediação Preliminar (NIP).



Vítima de acidente pode requerer complemento de indenização

Trata-se do REsp 1584970 / MT em que a vítima de um acidente de trânsito demandou diretamente contra a seguradora do autor do acidente. O Recurso tramitou na 3ª. Turma do STJ com relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. A vítima/recorrente ajuizou ação de reparação de danos corporais, morais e lucros cessantes contra a seguradora, visto que, na condição de vítima de acidente de trânsito e por força do acionamento do seguro de automóvel pelo segurado causador do dano, recebeu apenas parcialmente a indenização securitária, referente ao conserto de sua moto Honda/CG 150 Titan. E buscou, como complemento, o ressarcimento das despesas hospitalares, dos dias em que não pôde trabalhar e, ainda, a compensação imaterial pelo sofrimento que foi obrigado a suportar.

O entendimento pacificado no STJ é de que não cabe ação do terceiro prejudicado ajuizada direta e exclusivamente contra a seguradora do apontado causador do dano, baseado no fato de o segurado reconhecer sua responsabilidade no evento, seja ao acionar o seguro de automóvel contratado ou quando firma acordo extrajudicial com a vítima, obtendo a anuência da seguradora, ou, ainda, quando esta celebra acordo diretamente com a vítima. Ou seja, mesmo não havendo vínculo contratual entre a seguradora e o terceiro prejudicado, forma-se, pelos

fatos sucedidos, uma relação jurídica de direito material envolvendo ambos.

Neste processo em especial, a seguradora tinha celebrado um acordo com a vítima do sinistro/terceiro prejudicado para o ressarcimento dos danos materiais causados à moto e o pedido da ação se limitava a uma complementação do pagamento do seguro.

A SEGURADORA PODE SER DEMANDADA DIRETAMENTE PELA VÍTIMA, UMA VEZ QUE O PAGAMENTO, TIDO COMO PARCIAL NA ESFERA ADMINISTRATIVA, ORIGINA NOVA RELAÇÃO JURÍDICA SUBSTANCIAL ENTRE AS PARTES.

Na pretensão de complementar a indenização securitária decorrente de seguro de responsabilidade civil facultativo, a seguradora pode ser demandada direta e exclusivamente pelo terceiro prejudicado no sinistro, pois, com o pagamento tido como parcial na esfera administrativa, originou-se uma nova relação jurídica substancial entre as partes. O segurado reconheceu sua culpa no sinistro, ou seja, sua obrigação de indenizar, perante a seguradora (esfera administrativa), tanto que acionou o seguro de automóvel para ressarcir os prejuízos que causou à vítima.

Contudo, não foi feito o reembolso das despesas hospitalares e dos dias em que o recorrente não pôde trabalhar, consequências decorrentes do acidente de trânsito, o que caracterizou o ressarcimento parcial. Dessa forma, a seguradora é parte legítima para figurar no pólo passivo da causa, quando se tratar de complementação de pagamento do seguro de responsabilidade civil e não havendo dúvidas de quem foi o causador do dano: o próprio segurado.

Ruth Maria Honório

Texto de autoria da advogada Ruth Honório, Consultora Jurídica do Sincor-RJ

Fonte de consulta: Publicações On-line

ARQUIVO PESSOAL



Intervenção militar no Rio

O mercado de seguros passou a viver, após o início da intervenção militar no Rio de Janeiro, uma grande expectativa quanto ao seu resultado para o setor. As ações e mudanças planejadas para a segurança pública precisam gerar resultados positivos, em primeiro lugar, para devolver a paz à população fluminense. Mas sua ação também será essencial para que as seguradoras possam reduzir as tarifas hoje praticadas no segmento de automóvel, extremamente afetado pela violência que assola o estado.

Só no volume de carros roubados, houve alta de 40% em 2017. Foram quase oito veículos roubados ou furtados por hora. Ao todo, foram mais de 70 mil unidades, o maior número registrado pelo Instituto de Segurança Pública em 15 anos. Já neste ano, somente durante o Carnaval, mais de 200 carros foram roubados. Foi justamente nesse período que o presidente Michel Temer assinou o decreto da intervenção.

Como sabemos, aumento e queda nos índices de roubo e furto de automóveis, além dos transportes de cargas, têm relação direta com o preço do seguro dessas carteiras, bem como determinam as políticas de aceitação aplicadas pelas seguradoras. Eu diria, entretanto, que o prazo estabelecido pelo governo para a ação da intervenção militar

ARQUIVO ACONSEG-RJ



AUMENTO E QUEDA NOS ÍNDICES DE ROUBO E FURTO DE AUTOMÓVEIS TÊM RELAÇÃO DIRETA COM O PREÇO DO SEGURO E DETERMINAM AS POLÍTICAS DE ACEITAÇÃO APLICADAS PELAS SEGURADORAS.

é muito curto visto o tamanho do problema: está programada para ser encerrada em 31 de dezembro deste ano. Como ficará a segurança pública após o fim da intervenção?

O que esperamos é que todas as operações que já foram e ainda serão realizadas sejam capazes de melhorar não só os índices atuais, mas de estabelecer condições para a manutenção e melhoria contínua desses números. Devemos aguardar, otimistas e atentos. Essa onda de violência precisa acabar, tornar-se parte de um passado que não deve ser esquecido para que nunca mais retorne.

Outras grandes cidades, como Nova York, por exemplo, conseguiram, com uma rigorosa mudança em seu sistema de segurança pública, reverter altíssimos índices de criminalidade. Tal qual uma Fênix renascida de suas próprias cinzas, o Rio de Janeiro poderá voltar a ser a maravilhosa vitrine que sempre foi para o Brasil. A economia, o turismo, a qualidade de vida, tudo isso vai melhorar com a redução da violência urbana. E só assim garantiremos a renovação das nossas energias – e de nossos contratos.

Luiz Philipe Baeta Neves

*Presidente Aconseg-RJ,
economista e corretor de seguros
A responsabilidade pelo conteúdo desta
coluna é da assessoria da Aconseg-RJ*

Proteção para bikes elétricas



As bicicletas elétricas, que vêm ganhando mercado no país, passaram a contar agora com um produto de proteção específico da Argos Seguros, seguindo os moldes dos seguros para bicicletas de alto valor agregado –

aqueles modelos entre R\$ 2 mil e R\$ 70 mil, com os mesmos limites de aceitação e coberturas. O novo seguro é voltado para bikes sem acelerador, com potência nominal abaixo de 800 watts, e sem sistemas que garantam o funcionamento do motor a não ser pelo pedal. As coberturas oferecidas são para roubo e furto qualificado, acidentes e danos causados a terceiros (RC) em todo o território nacional. Nas renovações, há um desconto de 10%.

Cresce 70% a procura por seguros para smartphones

Mais de 300 mil consumidores foram indenizados pelas seguradoras em razão de problemas com seus celulares – e a procura por esta modalidade de seguros só aumenta: cresceu 70% entre 2016 e 2017. O montante movimentado nestas transações já passa dos R\$ 900 milhões anuais.

A base de dados do Cadastro Nacional de Estações Móveis Impedidas aponta que mais de 180 mil celulares foram bloqueados, em função de perda ou roubo, em 2017, em todo o país. O seguro para um smartphone custa em torno de 25% a 35% do valor do aparelho novo.

Site da Escola tem novo domínio

O site institucional da Escola Nacional de Seguros está hospedado em novo domínio na internet: ens.edu.br. A nova URL está mais alinhada com as iniciativas da Escola, pois remete de maneira mais clara e imediata ao nome e à atuação da Instituição. A novidade consolida a mudança que vem sendo



feita gradativamente, pois a sigla Funnenseg já não estava mais presente na logomarca da Escola e agora deixou de nomear seu endereço na web.

Campanha de Incentivo da Porto

Já está no ar a “Emissão Premiada 2018”, nova edição da campanha de incentivos aos corretores da Porto Seguro Saúde, que contemplam São Paulo capital e municípios paulistas, além da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Podem participar corretores de seguros ativos e cadastrados junto ao Porto Seguro Saúde. O período de vigência vai até 30 de junho. Quem atingir o número de vidas emitidas estipuladas no regulamento, com pagamento confirmado da 1ª parcela, ganhará percentual de agenciamento adicional que pode chegar a 100%. O corretor pode ainda participar da campanha “Emitiu, ganhou!”, que pagará valores em reais, que podem chegar a até R\$ 1,5 mil, a título de bônus, a ser pago conforme número de vidas. O regulamento está disponível no Corretor Online.

Cybercrimes crescem no país

Cerca de 90% dos dados disponíveis hoje no mundo foram criados nos últimos dois anos e esta quantidade enorme de informações está constantemente vulnerável. Apenas no ano passado, 978 milhões de pessoas foram vítimas de cybercrimes em todo o mundo. No Brasil, foram 62 milhões, algo em torno de 60% da população online ativa no país. Dados do Norton Cyber Security Report 2017 e do site Internetuserlive.com mostram que 50% da população dos Estados Unidos, 35% e 32% no Reino Unido e na Alemanha, respectivamente, já foram vítimas de cybercrimes. Os números mostram o enorme potencial desse mercado para produtos de proteção do seguro.



Conheça a nossa plataforma de treinamento online. **Você vai vender muito mais seguro.**

Criamos uma plataforma de treinamento online com cursos de algumas das melhores escolas de negócios do mundo. São **aulas sobre produtos, mercado e gestão** para ajudar você a se desenvolver profissionalmente, aumentar a sua produtividade e gerir o seu próprio negócio.

Cursos desenvolvidos por:



www.icatuseguros.com.br/educatu

Fale com o seu gerente comercial e saiba mais.

educatu
Espaço de Treinamento da Icatu

Icatu
SEGUROS

CRÉDITO CONSIGNADO SICOOB INSS

A oportunidade*
que você queria
para viver o melhor
da vida.

Confira:

- . Parcelas fixas
- . Taxas menores
- . Prazos maiores
- . Sem avalista

Sicoob Creditor RJ

Rua do Rosário, 99-5º andar
Centro – Rio de Janeiro (RJ)
Tel: (21) 2509.1511
sicoobcredicorrj.com.br

Ouvidoria: 0800 725 0996
Atendimento seg. a sex.: 8h às 20h
www.ouvidoriasicoob.com.br
Deficientes auditivos ou de fala:
0800 940 0458

*Operação sujeita à análise e aprovação de crédito.